

Ensaio- Avaliação e Políticas Públicas em Educação

Rio de Janeiro, nº 18, vol 6, jan-mar/1998

CONSIDERAÇÕES SOBRE 3 PESQUISAS REALIZADAS EM ESCOLAS BRASILEIRAS

Vanilda Paiva¹

Este sumário se apoia sobre os relatórios finais de 3 pesquisas realizadas em diferentes Estados brasileiros com incentivo do Banco Mundial e financiamento desta instituição, do UNICEF, da Fundação Ford e ainda, no caso de São Paulo, da Secretaria Estadual de Educação. São elas:

1. A Importância da participação Comunitária na questão da educação e pobreza - São Paulo - Fundação Carlos Chagas.;
2. Educação e Pobreza no Nordeste - Pernambuco - Centro Luiz Freire;
3. Pobreza e Educação: entraves sistêmicos e culturais - Rio de Janeiro - Instituto de Medicina Social./UERJ.

Elas foram realizadas e financiadas com o objetivo de contribuir para a melhoria das oportunidades de vida dos brasileiros pobres, através de um maior conhecimento sobre como a educação e os serviços educacionais, em especial a escola pública, são vistos pelos seus usuários em diferentes regiões do país. Pretendeu-se chegar mais próximo do que pensam professores, alunos e pais de áreas pauperizadas - situadas no Nordeste e nas regiões Sul e Sudeste - a respeito de temas como: qualidade do ensino, relação entre educação e oportunidades de trabalho, impecilhos à obtenção

¹ Estudou Educação, Sociologia e Romanística na Universidade de Frankfurt/M, doutorando-se em 1978. Professora da UFRJ e Diretora do IEC, Rio de Janeiro. Bolsista do CCDT/CNPq.

de uma boa educação e o valor que lhe atribuem as famílias de camadas desfavorecidas da população. Sua finalidade última é, com tais dados, chegar à formulação de propostas e fazer sugestões de políticas na área educacional às autoridades competentes.

Embora as 3 pesquisas tenham tido desenhos diferentes, que refletem escolhas não apenas científico-metodológicas mas posições político-ideológicas, elas tenderam a se aproximar no confronto com a realidade - seja pela redução da dose de idealização do “povo simples”, seja pelo reconhecimento de dificuldades objetivas de acesso à amostra pretendida. A pesquisa paulista, deste ponto de vista, foi a que mais se aproximou do desenho inicialmente esboçado e sugerido pelo Banco Mundial.

QUESTÕES BALIZADORAS DOS ESTUDOS

As questões a serem respondidas por esta série de pesquisas tem como pano de fundo duas orientações que ganharam terreno no debate educacional desde os anos 80 no plano internacional. De um lado, constata-se um retorno à economia da educação. Uma nova ênfase vem sendo colocada sobre a rentabilidade do investimento neste setor social, propiciando e/ou acompanhando a retomada das discussões a respeito das relações entre educação/mercado de trabalho e com a economia de modo mais amplo. Num mundo em que a micro-informática tende a atingir segmentos amplos da sociedade e que modernidade significa complexificação de atividades e de equipamentos, um bom ensino básico tornou-se essencial e capaz de oferecer um retorno econômico não mensurável mas perceptível socialmente. De outro, frente à crise de teorias globalizantes de interpretação da

realidade social, operou-se - no campo dos estudos da educação - à substituição da sociologia e da política pela antropologia, pela psicologia e pela pedagogia propriamente dita.

Os estudos indicados buscam apreender as representações de segmentos pobres da população a respeito de problemas de aprendizagem escolar e das relações entre a escola e, mais amplamente, a educação com a vida econômica e social, quando indagam por que alunos interrompem a escolarização básica, que fatores determinam sucessivas repetências, como se dá a interação entre escola e comunidade, quem é responsável pelo êxito ou fracasso na aprendizagem escolar, que vantagens ou desvantagens podem ser encontradas no mercado de trabalho em função do nível de escolaridade, quais são as suas expectativas no campo educacional e seu impacto sobre suas oportunidades de vida, etc. Tais questões foram apresentadas aos próprios alunos das escolas escolhidas, a seus professores e a membros da comunidade que tem ou tiveram filhos ou membros da família na escola. Trata-se de uma abordagem que - sem deixar de obter dados concretos e quantificáveis sobre os entrevistados - integra e dá ênfase as opiniões subjetivas a respeito de fenômenos sociais e se dispõe a ouvir não apenas os atores diretos (professores e alunos), mas a comunidade (através de suas lideranças) na qual as escolas escolhidas se inserem, a respeito do valor que emprestam à educação e suas razões.

Após décadas de controle anti-cíclico e crescimento continuado que permitia a convivência com algum nível de desperdício, os últimos anos nos colocaram diante de exigências de eficiência e rentabilidade, que atingem também o setor educacional.

Palco da maior revolução educacional da história da humanidade, as últimas 5 décadas apresentaram notáveis índices de crescimento da cobertura educacional praticamente em todo o mundo. Esta democratização do acesso, porém, nem sempre foi acompanhada de medidas que permitissem a permanência do aluno até o final de cada ciclo escolar. Além disso, raramente uma efetiva aprendizagem pode ser assegurada. Países ricos e amplamente urbanizados, com mais de 8 e mesmo de 11 anos de escolarização média de sua população, deparam-se hoje com baixíssimos níveis de competências básicas necessárias para que os que hoje são adultos possam enfrentar as exigências do mundo moderno.

No Brasil, onde o acesso teórico ao ensino fundamental está assegurado, as perdas do sistema são imensas - seja pela repetência, seja pelo abandono precoce da escola - e nos põe face a face com deficiências qualitativas dramáticas. Frente às demandas de um mundo urbano que se complexifica e frente às mudanças no mercado de trabalho, como valora a população pobre a escola que temos, em que medida pode ela atender às suas expectativas e de fato preparar os alunos para o dia de amanhã? Que pensam os professores da escola que possuímos e que expectativas tem os alunos quanto a oportunidades de vida e de trabalho no futuro? Como as famílias pobres de hoje vêem a tradicionalmente positiva relação entre educação/renda/ascensão social, considerando que houve deslocamentos importantes nesta equação nas duas últimas décadas? Continua a educação a ser vista como a “única rota isolada” para superar a pobreza ou já não se crê que ela seja um instrumento fundamental de alocação de oportunidades no mundo do trabalho e na vida social em geral? Que outras razões levariam as famílias pobres a manter seus filhos

nas escolas, apesar do fracasso escolar frequente? Enfim, quais são as expectativas individuais e familiares que sustentam o valor (positivo ou negativo) atribuído à educação e à escolaridade pelas camadas pobres?

Com tais questões genéricas, os 3 grupos fizeram suas escolhas no que concerne aos temas mais relevantes e às formas de abordá-los, determinaram suas amostras e as características da metodologia a ser utilizada.

CARACTERÍSTICAS DAS AMOSTRAS:

As 3 pesquisas concentraram-se sobre áreas habitadas por segmentos de baixa renda. No caso da cidade de São Paulo foram escolhidas: 1) uma favela encravada num bairro de classe alta; 2) um conjunto habitacional situado na periferia e 3) uma área de cortiço no centro da capital. Foram realizadas 256 entrevistas com crianças e jovens entre 10 e 20 anos que frequentam ou que já saíram da escola, com professores e diretoras das escolas que servem àquela comunidade, com pais, mães e lideranças comunitárias. No Rio de Janeiro foram feitas 246 entrevistas em 1) áreas pobres na cidade do Rio de Janeiro (favela da Mangueira), 2) em Duque de Caxias na Baixada Fluminense (favelas Vila Nova e Vila Ideal no bairro Laguna Dourada) e 3) em São Gonçalo (Ipiúca, área mais pobre do bairro Jardim Catarina). Em cada uma delas foram selecionados uma escola da rede convencional e um CIEP, dos quais provém as entrevistas com alunos, professores e diretores. Foram ainda entrevistados pais de alunos daquelas escolas ou de outras na mesma área.

A equipe de Pernambuco pretendeu cobrir as 4 regiões do Estado (zona da Mata, Agreste, Sertão, Região Metropolitana do

Recife), escolhendo um ou dois municípios em cada uma delas e neles duas escolas que oferecessem o 1o. grau completo. Foram então entrevistados alunos, professores, pais e lideranças da comunidade num total de 238 entrevistas. Esta equipe deu maior ênfase do que as demais às percepções das lideranças comunitárias.

METODOLOGIA:

A metodologia sugerida para a realização das pesquisas é a do **beneficiary assessment**, ou seja uma maneira de obter informações que procura conhecer o valor de uma atividade tal como ela é percebida pelos seus principais usuários. Segundo Salmen, trata-se de uma abordagem qualitativa que deriva a compreensão tanto da experiência partilhada quanto da observação e dá prioridade à centralidade do ponto de vista da outra pessoa.. É um método de pesquisa sistemática sobre os valores e comportamento das pessoas em relação a políticas públicas que os atingem. E, embora pretenda ser fundamentalmente um tipo de pesquisa qualitativa que supõe integrar a linguagem e os próprios termos das pessoas pesquisadas, de modo a captar o significado que elas dão a certos aspectos de suas vidas e poder prever políticas que as habilite a melhorar por si mesmas suas condições de vida, ela não rejeita a pesquisa quantitativa. Pretende que esta seja complementada por informações mais aprofundadas sobre as condições culturais da população beneficiária de programas ou políticas de desenvolvimento. (1). Tal **approach** se propõe servir à elaboração e implementação de políticas que beneficiem as camadas populares.

Observa-se, de fato, em nossos dias, o fortalecimento da tendência a revalorizar a subjetividade social e as dimensões qualitativas da vida na pesquisa voltada para a elaboração de políticas. A posição dominante no passado, que entregava aos especialistas a identificação das necessidades da população, tem sido substituída pela que pretende que os grupos de base se responsabilizem por encontrar caminhos que estejam de acordo com a sua cultura e aspirações. Isto supõe uma mobilização que começa na família e se dirige ao plano político e institucional. Supõe descentralização e participação, exprimindo uma nova aliança entre o Estado e as instituições da sociedade civil.(2).

Dois movimentos entrelaçados dão suporte às tendências apontadas no parágrafo anterior. De um lado, a perda de prestígio das interpretações que tomam como objeto a totalidade social para posteriormente chegar a questões específicas, com correspondente multiplicação dos estudos empíricos, de interpretações de médio porte e valorização das percepções subjetivas. De outro lado, o destruidor impacto das novas tecnologias sobre os supostos do keynesianismo (como pleno emprego e produção apoiada sobre a demanda), que constituíram a base de uma forma de aliança entre o Estado e a sociedade civil, atingiram em cheio sua expressão mais visível: as estruturas estatais de bem estar social.. A crise deste modelo tem correspondido, por um lado, a uma maior atenção ao que pensa o “povo comum” e à apreensão de suas demandas, e por outro à idealização de modelos anglo-saxônicos de aliança que presidem as relações entre sociedade civil e Estado. Este movimento justificaria o deslocamento da prestação de serviços sociais do último para instituições da primeira e se apresenta como

complemento ao deslocamento de uma perspectiva keynesiana ao neo-liberalismo de nossos dias.

No caso brasileiro, a valorização da cultura popular e da perspectiva do “povo simples” tomou corpo no movimento político do final dos anos 50, ampliou-se ao longo da ditadura militar. Entramos, assim, os anos 90 constatando uma “feliz coincidência” entre uma progressista consideração da cultura das camadas populares e uma nova orientação político-social que foi se estabelecendo no mundo de nossos dias. Isto ocorre também num período de reconhecimento, entre nós, de que os modelos nacionais concretos (ex. movimento sindical) são mais próximos de seus similares norte-americanos do que, como sempre pensamos e desejamos em passado nada remoto, de seus similares europeus.

É bem verdade que a radicalização das tendências que valorizam a perspectiva das camadas pobres da população tem levado, não raro, pesquisadores a posições extremas que desembocam num populismo desenfreado. O endeusamento do “povo simples” e de sua cultura, da sociedade civil em geral - sem qualquer possibilidade de perceber as contradições nas quais eles (e nós) estamos imersos - constitui desde o final dos anos 70 uma importante orientação ideológica neste país. Sua versão científica é a pretensão de que exista uma “epistemologia popular” ou “ciência vital” apoiadas no sentir, pensar, discutir e formular que se contraporiam ao “conhecimento estudado”. A posição correta seria, portanto, converter-se as massas, identificar-se emocionalmente com elas para poder - através da vivência - captar sua realidade e com elas aprender a teoria interpretativa dessa realidade ou identificar as suas verdadeiras necessidades (3).

Estas posições extremas encontradas na área educacional provém, até certo ponto, de influências da antropologia social, em especial das orientações que consideram o mero registro do discurso como a sua própria interpretação, posto que ele estaria prenhe de verdades assim reveladas aos pesquisadores. De certa maneira, é disso que se trata quando uma das pesquisas enfatiza o “vigor analítico intenso” dos depoimentos. Tal afirmação permite prescindir de uma “descrição densa” do contexto e de sua compreensão para além dele mesmo, de modo a - partindo de teorias e hipóteses a serem ou não confirmadas pela realidade e utilizando-se o método hipotético-dedutivo que também caracteriza as ciências sociais - poder considerar seu conteúdo como objetivo de análise e buscar entender dentro dele as estruturas de significação socialmente estabelecidas.

No seu conjunto, porém, todas as pesquisas deram tratamento estatístico aos dados, embora eles mereçam ou possam ser trabalhados de forma mais ampla e sistemática. Neste sentido, elas preencheram os requisitos de aliar a análise quantitativa característica de um **survey** com a análise qualitativa das percepções subjetivas dos segmentos pesquisados sobre a escola pública disponível e suas expectativas em relação à educação nelas impartida. Não foi possível trabalhar sub-amostras inicialmente focalizadas por uma destas pesquisas, mas o material agora disponível é suficiente para indicar caminhos a serem pesquisados no futuro e permitir sugestões de política a partir dos resultados encontrados.

PRINCIPAIS RESULTADOS ENCONTRADOS

1. Os estudos convergem na conclusão de que a educação é valorizada pelos segmentos da população pesquisada, os quais reconhecem que o acesso e possibilidade de permanência na escola fundamental está assegurado aos que a busquem. Muitas são, porém, as reclamações contra as carências materiais e organizacionais da escola e do ensino oferecido, considerando em especial a sobrevivência entre pais de uma imagem extremamente positiva do que teria sido no passado a escola pública e a defasagem que crêem ou sabem existir hoje entre o ensino público e o ensino privado dirigido às classes sociais mais abastadas.

2. As carências das escolas são visíveis na própria qualidade da construção escolar, mas a questão da manutenção e da limpeza é central. A organização e conservação da escola é uma sugestão recorrente dos pais que, tal como os alunos, incluem em suas demandas “prédio bonito”, equipamento para esportes (quadras, etc), móveis novos, etc. No que concerne à limpeza e conservação receberam atenção especial itens como a precária higiene dos banheiros, a iluminação deficiente e os vidros quebrados.

3. Entre as carências os professores incluem a falta de recursos humanos, o que coincide com demandas dos pais não apenas por bons professores mas por atendimento dos alunos por psicólogos e assistentes sociais.. Quanto aos alunos, eles desejam uma escola equipada de biblioteca e computadores, capaz de oferecer a possibilidade organizada de passeios, jogos e música.

4. A escola é vista por alunos, pais e lideranças comunitárias como **locus** de outras políticas sociais, em especial da política de alimentação **via** merenda escolar, cuja qualidade deveria melhorar com a inclusão de sucos, bolachas, toddy, danone, etc. Há também

forte demanda por material escolar no início do ano letivo (uniformes, livros escolares, etc) e extensão da merenda na forma de lanche para os cursos noturnos. Constata-se clara dissonância entre esta posição e a defendida pelos professores e diretores, que definem a escola como local de aprendizagem e criticam a posição dos alunos que a utilizariam como ponto de encontro e dos pais que, segundo eles, as veriam como “depósito de filhos”.

5. A pauta de demandas de aquisição de conteúdos básicos pelos pais - mesmo quando aparecem como item principal - é bastante limitada, incluindo basicamente a leitura, a escrita, o cálculo e algum tipo de profissionalização. A escola deveria servir também como agência de controle e vigilância e como instituição de transmissora de hábitos e comportamentos valorizados no convívio social.

6. O ensino oferecido, apesar da limitação da pauta de demandas básicas, é em geral considerado de baixa qualidade, seja em função dos altos níveis de reprovação, seja pelas tarefas que os alunos levam para casa e não conseguem realizar. No entanto, os pais tendem a reconhecer que a qualificação dos professores hoje em dia é superior à do passado. A grande diferença é que aqueles eram exigentes e impunham disciplina - impedindo que o barulho e a bagunça prejudicassem a aprendizagem. A deterioração dos padrões de disciplinares é, portanto, apontada como uma das causas da ineficiência do processo ensino-aprendizagem. Por outro lado, alunos e pais mostram-se conscientes quanto aos efeitos da descontinuidade curricular e sua inadequação à realidade do aluno pobre. Somadas, insuficiências de conteúdo e de exigência/disciplina, elas seriam responsáveis pelo despreparo do

aluno, que se deixa ver plenamente na competição no mercado de trabalho ou na hora de algum concurso.

7. A má qualidade do ensino , além do mais, seria resultado do pouco preparo dos professores. Em especial o preparo **pedagógico** do professor é colocado em questão por pais e alunos. Os professores não saberiam ensinar nem conseguiriam tornar os assuntos interessantes, segundo os pais, não saberiam explicar as matérias ou estariam pouco interessados em assegurar a aprendizagem efetiva dos conteúdos, segundo os alunos. Além disso, lhes faltaria a necessária paciência para que a aprendizagem possa ter êxito. As equipes escolares, por outro lado, tendem a achar que os alunos não aprendem (em geral porque são “burros”) e que os pais não se interessam..

8. A pauperização dos professores é também vista como uma das causas da baixa qualidade do ensino. Os baixos salários contribuiriam para o desânimo, para a falta de empenho na tarefa, para as greves e atitudes agressivas que marcam hoje o tratamento dispensado aos alunos (gritos, castigos, lições não corrigidas, pouca exigência, recusa a dar resposta às perguntas dos alunos) . Por outro lado, pais e alunos ver-se-iam inibidos para formular exigências de natureza pedagógica ou organizacional aos mestres porque o salário que recebem atualmente não justificaria maior cobrança.

9. Evasão e descontinuidade da escolarização continuam a ocorrer nesta escola pouco exigente devido à frequente mudança de endereço dos alunos, violência, drogas, recusa dos adolescentes de receber ordens, fracasso inicial que não permite acompanhar posteriormente as aulas, entre outras. Nas meninas a estas razões

somam-se namoro, gravidez, casamento, encargos da casa e de irmãos menores. A evasão e a descontinuidade seriam, no entanto, mais frequentes na zona rural (ex. Pernambuco) porque a conexão trabalho/estudo é menos evidente e a inserção no trabalho da roça nem sempre depende de condições do mercado.

10. As razões da reprovação e da repetência, bem como aquelas que levam à permanência por muitos anos dos repetentes na escola, receberam pesos diferentes nas 3 pesquisas, sendo mais acentuado no Rio de Janeiro. No conjunto, porém, constata-se que os pais se empenham na permanência dos filhos e os alunos repetem continuamente quando há falta de alternativas no mercado urbano. No Rio de Janeiro o trabalho aparece mais claramente como razão importante de abandono da escola nas cidades. No meio rural ou em regiões rurbanas, como as pesquisadas em Pernambuco, o “trabalho na roça” é uma opção permanentemente aberta.

11. Pais e professores culpabilizam os alunos pela reprovação e os próprios alunos internalizam esta culpa. Eles seriam reprovados por preguiça, desinteresse pelo estudo, apatia, por serem bagunceiros, faltosos, andarem em gangue que sentam junto e conversam todo o tempo. Embora se constate uma forte crítica ao desempenho e à atitude do professor frente ao aluno e aos efeitos pouco favoráveis à aprendizagem do sistema de promoção automática, em especial no Rio de Janeiro, o fundamental na explicação da reprovação estaria no próprio aluno.

12. A articulação escola/comunidade é problemática pelos dois lados. Haveria pouca disposição da comunidade para assumir tarefas que consideradas dever do Estado (como mutirões de

limpeza). O corpo escolar, por sua vez, tende a pensar que uma aproximação maior demandaria muito trabalho e seria mais um elemento de dispersão da tarefa docente. A escola já estaria sobrecarregada de funções que não são suas e um maior entrosamento com a comunidade significaria ampliar esta sobrecarga.

13. A violência física está presente na escola de várias maneiras. Professores a utilizam contra os alunos (reguadas, puxões de orelha, etc), alunos ameaçam (e eventualmente o fazem) bater nos professores, são frequentes as brigas entre alunos dentro, na entrada e saída e nas proximidades da escola. Os próprios alunos pixam a escola e quebram carteiras, portas e janelas. A violência está também nas ruas do bairro, onde traficantes e sedutores podem desencaminhar alunos e alunas. Reina um clima de insegurança dentro e fora da escola.

14. Para pais e alunos a escola facilita o emprego e a melhoria das condições de vida, mas não prepara para o trabalho. Ela é, porém, o passaporte para escapar ao trabalho pesado, braçal. Em todas as áreas pesquisadas aparecem expressões como “ser alguém na vida” ou “vencer na vida”, associadas à escolarização. A expectativa é encontrar um emprego, inserir-se como empregado no processo produtivo. Sugerem frequentemente cursos como datilografia, computação (possivelmente pensando em digitação), costura industrial, serviços de escritório, enfermagem, inglês, etc. como profissionalização do segundo grau ou como complemento do tipo dos cursos oferecidos pelo Senai.

15. Os jovens que já entraram no mundo do trabalho terminam por valorizar mais a escola, na medida em que a conexão desta com o

trabalho fica mais clara para eles. Muitos procuram voltar ao estudo, mas encontram dificuldades para conciliar os dois. Demandam, por isso, maior flexibilidade e menor duração nos cursos, porque consideram um ano tempo demais para o conteúdo de cada série. Ou seja, o curso noturno, supletivo, deveria ser condensado. Demandam ainda novas oportunidades de educação de adultos em geral e de profissionalização em particular.

16. As opiniões relativas ao vínculo educação/oportunidades de vida e de trabalho sugerem que o segmento pesquisado demanda uma profissionalização precoce, antes do segundo grau. Aparecem aqui idéias muito antigas circulantes na sociedade brasileira e lema do governo Vargas: ensino rural no campo para conter a migração e ensino profissional na cidade para assegurar a paz social. Como este é hoje um país urbano, a idéia de “aprender a fazer algo” aparece junto com o objetivo de retirar as crianças e jovens das ruas, dando-lhes alguma oportunidade de profissionalização. Embora vista como uma “solução para pobres”, o segmento pesquisado a considera melhor do que nada.

17. As demandas do item anterior são compatíveis com a falta de clareza a respeito da conexão entre conteúdos escolares e profissões e com a falta de perspectiva de futuro. As ambições profissionais tem, em geral, pouca concretude e revelam ignorância das reais possibilidades, fazendo com que - numa mesma fala - elas oscilem entre entre formações tão díspares como a de médico e de mecânico de automóveis.

18. Tanto a escolarização quanto o emprego são entendidos como resultado de políticas estatais e deveriam estar assegurados a todos. A escola formaria para o emprego. Tal conexão está

presente em especial na região nordeste, onde maiores esperanças e demandas são colocadas à atuação do Estado. Ela reflete a mentalidade formada ao longo do período desenvolvimentista e que já não encontra eco nem no Estado em reestruturação nem nas características da vida econômica neste período post-keynesiano. A formação precoce e específica para o emprego, tal como demandam as camadas populares, entram em choque com as tendências modernas que supõem mais ampla formação geral e abstrata, de modo a possibilitar reconversões profissionais ulteriores.

19. A relação entre educação e ascensão social é aludida, mas esta não está assegurada por aquela. Numa sociedade que até recentemente manteve possibilidades de ascensão social vertical muito amplas, seus canais foram se fechando nos últimos anos. Tal processo parece ter desorientado as famílias - em especial das camadas pobres e da baixa classe média - em suas expectativas de ascensão via educação, desencorajando esforços no sentido de alcançar níveis mais elevados de qualificação. Mesmo assim, este continua sendo o principal caminho capaz de conduzir a uma vida melhor.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS COM BASE NOS ESTUDOS REALIZADOS

Os estudos realizados atestam que as camadas populares continuam a valorizar a educação e a escolaridade. No entanto, suas expectativas no que concerne à ascensão social e à relação entre educação e renda vem se modificando sob o impacto das transformações por que passa o mundo contemporâneo. Se o nível

de escolaridade formal ainda é importante na obtenção de um emprego e na fuga ao trabalho pesado, braçal, a relação entre educação, trabalho e rendimentos vem sendo atingida pela crescente demanda de qualificação real, comprovada na prática, e pelo desemprego provocado pela reestruturação industrial na última década - fenômenos que a população pobre apreende de maneira confusa na sua vida diária. Além disso, as próprias funções da escola em centros urbanos de grandes dimensões e marcados pela violência, nos quais as mulheres se incorporaram crescentemente ao mercado de trabalho e assumiram a chefia das famílias, vem passando por transformações significativas.

Por isso mesmo coloca-se como primeira indagação frente aos resultados das pesquisas, em que medida devem as **políticas**, em especial a nível macro, derivar diretamente das expectativas e anseios da população. Estas certamente merecem uma resposta e constituem uma orientação importante, apontando caminhos muitas vezes não percebidos pelos profissionais da área encarregados de tomar decisões. No entanto, podem também conduzir a propostas de política míopes e restritivas, de pouco alcance, posto que - derivadas de necessidades sentidas no dia a dia concreto - dificilmente levam em conta as tendências que dominam o conjunto da sociedade e que devem marcar o futuro. Um bom exemplo encontra-se no ensino profissional. Existe hoje um consenso não apenas nacional, mas internacional, quanto ao **rumo generalista a ser imprimido à formação básica e mesmo secundária**, face à rápida mudança tecnológica cujos efeitos tendem a atingir também as camadas pobres. A demanda captada nas pesquisas, porém, é por **profissionalização precoce**. Encontrar um **balance** entre estas orientações conflitantes supõe

programas específicos de profissionalização para jovens que incluam conhecimentos científicos básicos da profissão, de modo a possibilitar futuras adaptações e reprofissionalização.

Ou seja, supõe repensar não apenas os cursos profissionais de segundo grau, mas rever localmente, a nível das municipalidades, as necessidades concretas de qualificação profissional tendo no horizonte as mudanças que podem ocorrer.

Também é hoje consensual a necessidade de assegurar à população não apenas as competências básicas, mas de elevar o nível de conhecimentos necessários para enfrentar o mundo moderno. No entanto, a pauta de demandas de aquisição de conteúdos é muito limitada (leitura, escrita, cálculo). Encontrar um ponto de equilíbrio entre o que a população pobre consultada percebe como necessidade ou aspira para seus filhos e o que o Estado deve assegurar através de uma política vinculada às perspectivas de futuro do país, é uma tarefa na qual a discussão propiciada por este tipo de pesquisa pode ter um papel significativo.

Raciocínio análogo pode ser feito em relação ao acoplamento de outras políticas sociais à escola. Não existe sombra de dúvida de que a população pobre considera a escola como **locus** privilegiado não apenas na oferta de educação, mas de outros benefícios sociais como alimentação e saúde. Serviços de saúde escolar fazem parte de uma velha tradição brasileira, infelizmente perdida nas últimas décadas. Em compensação, outros benefícios - como a merenda escolar - foram introduzidos e, desde os anos 80, fala-se em fazer passar por dentro da escola uma série de programas sociais, cuja demanda por ser atestada pelos estudos

realizados. Mas, se os políticos tendem a considerar tais apelos, esta nem sempre tem sido a posição de professores, educadores e tomadores de decisões na área educacional. E as razões levantadas por estes não são desprezíveis.

Na medida em que diferentes políticas sociais atravessam uma escola cujo período de permanência dos alunos já é curto e na qual foram sendo “economizados” personagens escolares de apoio (como inspetores, orientadores e mesmo auxiliares de secretaria), a prestação de tais serviços sociais termina multiplicando tarefas de professores e diretores, desviando a sua atenção e o seu tempo do plano propriamente pedagógico, com funestas consequências para a eficiência da aprendizagem. Portanto, **a prestação de atenção social aos alunos através das escolas supõe a ampliação do quadro profissional, técnico e de apoio das escolas, sugerindo uma política articulada de pessoal para as escolas que envolva recursos dos diferentes níveis da administração.** Mas a discussão a respeito dos limites do vínculo entre escola e prestação de serviços sociais vários deve merecer maior atenção, até porque tentativas de estreitar radicalmente esta conexão - como no caso dos CIEPs - não obtiveram êxito, muito embora seja difícil dizer se a intensa utilização da escola como equipamento de outras políticas está ou não na raiz do seu fracasso social e pedagógico. Existem evidências de que sobre o fracasso dos CIEPs incide muito mais a sua concepção global e erros estratégicos do que sobrecarga trazida pela assistência social. Ou seja, a escola de horário integral por si mesma só atende às demandas da população na medida em que a ela corresponda um projeto escolar e pedagógico bem pensado em múltiplas dimensões. A população

pobre deseja ser alvo de políticas sociais compensatórias **via** escola, mas não pretende que elas se tornem um novo foco de sua discriminação social - na medida em que escolas como os CIEPs ficaram identificadas como escola para pobres. Neste sentido, embora encontremos certo nível de conformismo com a 'escola para pobres", em especial no nordeste, as demandas específicas indicam que a população pesquisada quer ter uma escola que lhes ofereça as mesmas facilidades e qualidades da escola privada de boa qualidade.

A mera menção de tais debates aponta para dilemas que devem ser enfrentados pelos tomadores de decisões. Partindo-se do suposto de que as demandas dos segmentos pesquisados por atenção social mais ampla são justas e que são igualmente justas as reclamações dos professores e diretores, seria necessário **tirar as escolas da penúria em que se encontram não apenas do ponto de vista de pessoal, mas de recursos para custeio..** Para que serviços de saúde possam funcionar e para que a merenda escolar possa ser servida sem que as diretoras deixem suas atribuições para percorrer os finais de feiras-livres em busca de alimentos baratos faz-se necessário que a escola conte com pessoal técnico e de apoio suficiente. Os alunos desejam uma **escola limpa, bonita e conservada**, o que não é possível se não existem recursos para trocar vidros quebrados, pintura e limpeza. Medidas com as que tem sido tomadas - como o envio dos recursos do FNDE diretamente para a escola - caso funcionem, podem ser um importante passo para a solução, desde que complementadas pelas Prefeituras e pelos Estados, de modo a impedir que os alunos sejam responsáveis por pedir recursos nas ruas ou no comércio local. Os alunos sentem vergonha de pedir, os

pais consideram que é dever do Estado prover e os professores deixam suas responsabilidades de ensino para organizar festas e gincanas que complementem os recursos; o corpo docente vê como um esforço adicional e ineficiente a tentativa de mobilizar a comunidade para conseguir recursos de custeio. Assim, **é preciso que os tres níveis da administração atuem de forma coordenada de modo resolver o problema das carências materiais da escola, com consciência de que não basta fazer chegar os recursos à escola mas modificar os padrões de gestão e restaurar seu quadro de pessoal auxiliar e técnico.**

Considerar as demandas ideais dos alunos e seus pais suporia investir na escola não apenas para conservá-la, mas para equipá-la dos bens e facilidades que existem em escolas para outras camadas sociais. Isto significaria **investir não apenas em quadras de esporte e móveis adequados, de bibliotecas e possibilidades de lazer cultural, mas dotá-la de facilidades computacionais - o que implica não apenas na disponibilidade de equipamento mas de pessoal capaz de utilizá-lo e de iniciar os alunos no mundo do computador.**

Retornando ainda à questão da insuficiência de pessoal, na verdade, ela atinge igual e dramaticamente outros aspectos da vida escolar e impede o atendimento das demandas da população pobre em diversos aspectos. Não se trata apenas de obter bons e disponíveis professores, reivindicados por alunos e pais. A população pesquisada deseja que seus filhos sejam também atendidos por psicólogos e assistentes sociais. A forma emocional como os alunos reagem diante do pesquisador, ao terem alguém a quem contar seus dramas, ou a demanda dos professores por

sugestões que tornem seu trabalho mais efetivo, atestam a extrema necessidade de reconstruir a rede de profissionais de que a escola foi sendo despojada. A carência de **orientadoras educacionais** provoca a demanda de atendimento por profissionais conexos como psicólogos e assistentes sociais. Por outro lado, a carência de **supervisores** elimina um elemento chave de interlocução do professor e da equipe escolar, prejudicando a ação propriamente pedagógica da escola. Além disso, a ausência de **inspetores escolares** sem dúvida contribui para o clima de deterioração da disciplina escolar, dificultando a vida dentro da escola e impedindo a aprendizagem. Por fim, a precariedade numérica e de formação do pessoal administrativo faz com que a desordem administrativa e de registros escolares sejam verdadeiramente espantosas. Neste último caso, em especial, deve-se ressaltar a necessidade de **treinamento específico para a administração escolar**.

Na verdade, a eliminação desses personagens escolares ao longo dos últimos anos (seja por aposentadoria sem reposição, seja pelo seu deslocamento para outras funções) tem tornado a vida da escola mais difícil e complicado tanto seu desempenho rotineiro quanto a absorção de novas funções que ela hoje necessariamente exerce nas áreas periféricas. Existem fortes evidências de que o espaço escolar foi, de fato, se transformando em local de encontro entre jovens. Os professores veem o fenômeno da ótica pedagógica e o consideram não apenas inadequado como indesejável. No entanto, a escola precisará lidar com a questão e fazê-lo em conexão com o problema da circulação de drogas no espaço escolar. Pode-se sugerir aos três níveis da administração que dêem início a uma discussão sistemática que

busque estabelecer, dentro e fora das escolas, **uma política específica para a juventude.**

A qualidade do ensino oferecido é também um foco de críticas de alunos e pais e atribuída a pelo menos 3 fatores: 1. despreparo do professor; 2. deterioração dos padrões de disciplina; 3. inadequação da escola à realidade do aluno. Estes fatores em conjunto contribuiriam dramaticamente para os elevados índices de repetência, para o absenteísmo e para a evasão de alunos. No que tange ao despreparo do professor, ele diz respeito tanto a suas deficiências no domínio dos conteúdos curriculares quanto (e especialmente) ao seu preparo pedagógico. Os problemas concentram-se, na verdade, neste último - ou seja, consideram os pais e alunos que a maioria dos professores não sabe transmitir a matéria e não tem motivação para buscar formas novas e eficientes de ensino. Desde há muitos anos os índices de reprovação deixaram de ser vistos como um fracasso do professor para serem atribuídos a deficiências do aluno. Assim, parece não haver, por parte do professor, um esforço de “tradução” do conteúdo de currículos que se definem, em geral, pelo conteúdo de livros didáticos disponíveis no mercado e adotados na escola.

A distância entre o linguajar usado pelos professores em sala de aula, referente ao conteúdo das matérias, e aquele a que estão habituados os alunos na vida diária faz com que trivialidades sejam percebidas como grandes mistérios. Apenas para ilustrar, trago um exemplo tirado de outra pesquisa: custa ao aluno entender que “subtrair” é o mesmo que “tirar”, que “adição” é o mesmo que soma. Os mistérios escolares incompreensíveis tem muito a ver com o somatório dessas trivialidades não traduzidas. Formalismo na

atuação do professor aliada à incompreensão da realidade do aluno somam-se no sentido de dificultar a aprendizagem e favorecer a repetência, fenômeno que também muito deve à corrosão dos padrões de disciplina na escola em geral e dentro da sala de aula em particular.

A atitude pedagógica dos professores pode resultar da precariedade da formação recebida nos cursos normais, mas a ela se soma certo desinteresse pelo êxito escolar dos alunos resultante da ausência de instâncias de controle mais estrito e de sua pauperização como categoria profissional, que se vê forçada a trabalhar muitas horas por dia nesta ou em outra profissão para complementar sua renda e manter-se como membro de uma baixa classe média. O professor hoje parece perder mais rapidamente a paciência com seus alunos, seja porque não se consideram suficientemente pagos para isso seja porque a clientela escolar nas áreas estudadas apresenta maiores dificuldades de assimilação da cultura escolar e padrões de comportamento e disciplina que exigem um esforço maior do professor para reter a atenção dos alunos. Tal situação tem sido apontada como fonte de uma atitude negativa do professor em relação à profissão e a uma atitude de complacência por parte dos pais e dos próprios alunos em relação ao professor, muito embora os pais desejem a restauração da autoridade escolar como parte de uma socialização que inculque em seus filhos hábitos, comportamentos socialmente bem vistos. No entanto, eles não se sentiriam confortáveis para formular exigências, o que sugere **a urgente necessidade de uma nova política salarial para o professorado, acompanhada de um programa de estudo que os prepare melhor em relação às características do alunado das escolas públicas de hoje e**

de encontros para discussão a respeito dos problemas concretos das escolas e da aprendizagem visando encontrar soluções práticas para os mesmos. Tais encontros, envolvendo diversas escolas, deveria promover uma aproximação de professores de diferentes unidades para o intercâmbio de problemas e encaminhamento conjunto de soluções.

Receitas antigas podem ainda ter o seu lugar. A premiação simbólica ou em moeda sonante a professores com bons resultados em suas turmas, a introdução de concursos a respeito de soluções encontradas na prática do magistério, são armas tão importantes como a revisão da ideologia do populismo pedagógico e a restauração explícita do vínculo pedagógico assimétrico entre alunos e professores - condição para a identificação do aluno com o professor e para seu crescimento ao aprender e ao buscar superá-lo. **Trata-se, portanto, de promover uma revisão dos supostos de um não-diretívismo que só funciona para justificar a desorganização da vida escolar e que se combina, em última instância, com boa dose de autoritarismo docente.** A demanda dos pais e mesmo dos alunos pode ser interpretada como saudosismo em relação a uma escola tradicional, em que reina a ordem, mantém-se os símbolos e formalidades no trato e na própria organização da vida escolar, socializam-se os estudantes no sentido amplo numa cultura escolar e não na reiteração dos padrões do meio dos quais provém.

Referências Bibliográficas:

1. Salmen, Lawrence. Ouvir os pobres. **Finanças e Desenvolvimento**. FMI/ Banco Mundial. dezembro 1994, p. 45-48.

Beneficiary Assessment, an Approach described. The World Bank, Feb 1992.

2. Garcia Guadilla, Carmen. Globalización, Integración latino-americana y el papel del conocimiento en tres tipos de escenarios. In: Gitahy, Leda (org.) **Reestructuración Productiva, Trabajo y Educación en América Latina**, Campinas, RLET, 1994, p. 33.

3. Paiva, V. Anotações para um estudo do populismo católico e a educação no Brasil. In: Paiva, V. (org.) **Perspectivas e Dilemas da Educação Popular**. Rio de Janeiro, Graal, 1982. En inglês em **International Review of Education**. vol. 41, nrs. 3-4, 1995, p. 151-175.